



**CONTRATO Nº 026/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.**  
**NATUREZA: LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

*Contrato de Locação de Imóvel por Tempo Determinado em conformidade com a Lei Nº 8.666/93.*

**LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI**, Estado do Piauí, CNPJ 41.522.301/0001-62, com endereço na Avenida 29 de Abril, 34, Centro, em Lagoa do Barro do Piauí-PI, representado pelo prefeito municipal **GILSON NUNES DE SOUSA**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliada na Rua Hermenegilda Maria de Jesus nº 18 bairro Betel, na sede deste Município.

**LOCADORA: MARIA DE ASSIS RODRIGUES AMORIM**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF 036.981.043-00 e portadora da cédula de identidade nº 1.823.529 SSP/PI, residente e domiciliada na Rua Hermenegilda Maria de Jesus S/N, bairro Betel do município de Lagoa do Barro do Piauí – PI.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A locação se regerá pela Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – objeto da locação, um imóvel situado na Rua Benevenute da Silva, S/N centro de Lagoa do Barro do Piauí, destinado para o funcionamento dos depósitos das secretarias de Obras, Trabalho e Assistência Social, Setor de Transporte e Biblioteca Municipal.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo da locação será de 12 meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento de avença.

**3.1.** O MUNICÍPIO poderá independentemente do pagamento de qualquer multa ou indenização, denunciar a locação antes do término do prazo acima, desde que notifique à LOCADORA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**3.2.** Se, findo o prazo fixado nesta cláusula, convier ao MUNICÍPIO à manutenção da locação, as partes diligenciarão no sentido da assinatura de novo contrato, continuando a locação, até que isso ocorra, em vigência por prazo indeterminado, nos termos previstos no Parágrafo Único do art. 56, da Lei 8245, de 18.10.91.

**CLÁUSULA QUARTA** – O aluguel mensal será de **R\$ 700,00 (setecentos reais)**.



4.1. Além do aluguel, o LOCATÓRIO reembolsará à LOCADORA, pelo respectivo valor, sem qualquer acréscimo ou multas, mediante a apresentação prévia dos comprovantes de pagamento: contas de água e luz.

**CLÁUSULA QUINTA** – O aluguel ajustado na cláusula anterior será reajustado anualmente, por acordo das partes.

**CLÁUSULA SEXTA** – O aluguel e os encargos lucrativos (ressalvado, quanto a estes, o procedimento previsto no item 4.1 da cláusula Quarta, serão pagos mensalmente, mediante pagamento a ser realizado na Secretaria Municipal de Finanças, até o 10º dia útil do mês seguinte ao vencido).

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O imóvel locado poderá ser utilizado por quaisquer órgãos da Administração Direta ou Indireta do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA OITAVA** – O presente contrato obriga o contratante e todos os seus sucessores a título singular ou universal, continuando em vigor ainda que o imóvel seja transferido a terceiros. Com vistas ao exercício, pelo LOCATÁRIO, desse seu direito, obriga-se à LOCADORA a fazer constar à existência do presente contrato em qualquer instrumento que venha a firmar, tendo por objeto o imóvel locado, com expressa manifestação do conhecimento e concordância com suas cláusulas, pela outra parte.

**CLÁUSULA NONA** – O MUNICÍPIO obriga-se:

a) a bem conservar o imóvel locado e a realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal;

b) a restituí-lo, quando finda a locação, no estado em que se recebeu, salvo as deteriorizações decorrentes de seu uso normal.

9.1 Obriga-se à LOCADORA a executar no imóvel locado as reparações de que venha o mesmo a necessitar, que não constituam encargo do LOCATÁRIO, nos termos da alínea “a” do caput desta cláusula.

9.2 A LOCADORA poderá realizar benfeitorias no imóvel locado, com vistas à sua melhor utilização, sendo-lhe facultadas levantar, a qualquer tempo, aquelas cuja retirada se possa fazer sem detrimento do imóvel.

9.3 O LOCATÁRIO poderá exercer o direito da retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele: a) de benfeitorias necessárias, quando à LOCADORA, previamente notificada, houver se recusado a realizá-las ela própria; b) de benfeitorias úteis que, por não poderem ser levantadas, a ele se incorporam.



**CLÁUSULA DÉCIMA** – Caberá à LOCADORA, manter segurado o imóvel pelo valor que entender adequado, correndo por sua conta o pagamento dos prêmios correspondentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do MUNICÍPIO, poderá este, alternativamente: a) considerar suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste contrato, obrigando-se à LOCADORA a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso; b) considerar rescindido o presente contrato, sem que ao LOCADOR assista o direito de qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – À LOCADORA reconhece ao MUNICÍPIO, expressamente, o direito de purgar a mora em Juízo, em quaisquer circunstâncias e sem as limitações estabelecidas no artigo 62, Parágrafo Único, da Lei 8.245, de 18.10.91.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – O valor global deste contrato é estimado em **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**. As despesas referentes ao exercício, no valor de **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**, correrão à conta da dotação orçamentária: Programa Atividade 04.122.0027 2.010 Elemento de Despesa 3.3.90.36 as despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Para fins previstos nos artigos 1197, do Código Civil; 167, I, 3, da Lei 6015, de 31.12.73 e 8ª da Lei 8.245, de 18.10.91, o MUNICÍPIO promoverá no prazo de 30 dias, a partir da assinatura do presente, o registro deste contrato no competente Cartório de Registro Geral de Imóveis.

**14.1** Serão providenciados, nos prazos abaixo: a) pelo MUNICÍPIO, em 20 dias, contados da assinatura, a publicação do presente, em extrato, no átrio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, como condição indispensável à sua validade e, portanto, ao início do pagamento dos aluguéis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - À LOCADORA, já apresentou e consta do processo, a documentação relativa ao imóvel locado e apresentam, neste ato, os documentos comprobatórios das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Fica eleito o foro da cidade de São João do Piauí para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial que seja.



E por estarem assim justos e contratados, assinam as partes, o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Lagoa do Barro do Piauí, 23 de janeiro de 2017.

**GILSON NUNES DE SOUSA**  
Prefeito Municipal  
LOCATÁRIO

**MARIA DE ASSIS RODRIGUES AMORIM**  
LOCADORA

Testemunhas:

**KATIANA DINA DA SILVA – CPF: 030.034.833-90**

Testemunhas:

**MÓISES APARECIDO DE SOUSA – CPF: 063.196.233-65**